



Febrero 2019 - ISSN: 1988-7833

FEEDBACK DO EGRESSO DO CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL: IDENTIDADE ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Hélia de Oliveira Ladeia¹

Centro Universitário Una, Brasil
heliaoliveiraladeia@gmail.com

Wânia Maria de Araújo²

Centro Universitário Una, Brasil
wania.maria@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Hélia de Oliveira Ladeia y Wânia Maria de Araújo (2019): "Feedback do egresso do curso de relações públicas de uma instituição federal: identidade acadêmica e profissional", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (febrero 2019). En línea:
<https://www.eumed.net/rev/ccss/2019/02/feedback-curso.html>

RESUMO

O presente artigo é um recorte da pesquisa de Mestrado do Programa Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário – UNA, intitulada *Egressos de relações públicas da UFMG: identidade profissional em debate*. O estudo tem o objetivo de analisar como a estrutura do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contribuiu para a trajetória profissional de seus egressos. Para compreender melhor a formação oferecida foi realizada uma abordagem em torno dos temas: educação, relações públicas, egressos, currículo, mercado de trabalho, competências e habilidades dos egressos. O percurso metodológico nesta investigação parte de uma visão crítica, humanística e integrada da comunicação, no qual realizou-se uma pesquisa qualitativa com elaboração de entrevistas semiestruturadas para 13 egressos, formados no período de 2004 a 2014, registrados no Conselho Regional de Relações Públicas (Conrerp) – 3ª Regional e que estão inseridos no mercado de trabalho, desempenhando suas atividades profissionais na área do curso investigado. Entre as respostas obtidas, destacam-se: a influência do currículo interdisciplinar para a formação cidadã; as perspectivas críticas e humanísticas das Relações Públicas presentes no curso; a importância das experiências práticas durante a graduação. A análise temática dos dados oferece um rico panorama indicando que a formação vivenciada influenciou a atuação profissional dos egressos e que para transformar a realidade profissional de Relações Públicas é essencial articular o curso, o mercado e as instâncias responsáveis (conselhos, associações etc.) em prol da construção coletiva da identidade profissional. Além disso, é importante que esse diálogo seja permanente para que realmente haja um processo inovador do desenvolvimento social tanto no contexto institucional universitário quanto para o aprimoramento no campo profissional das Relações Públicas de forma geral.

Palavras-chave: Relações Públicas. Formação crítica. Interdisciplinaridade. Habilidades. competências.

¹ Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário – UNA. Especialista em Comunicação: Imagens e Culturas Midiáticas pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Bacharel em Comunicação Social pela FAFI-BH. Técnica do Laboratório de Relações Públicas Plínio Carneiro – LARP/UFMG.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário – UNA. Mestre e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMINAS.

ABSTRAT

This article is a fragment of the Masters research of the Social Management, Education and Local Development Program from University - UNA, named *Egressos de relações públicas da UFMG: identidade profissional em debate*. The study's objective is to analyse how the structure of the Social Communication course, focused on Public Relations from Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) contributes to the professional trajectory of its' graduates. To better comprehend the formation given it an approach on the following themes was made: education, public relations, graduates, job market, skill and competence of graduates. The methodological process in this investigation comes from a critical, humanistic and integrated with communications point of view, in which a qualitative survey was made, elaborated from semi structured interviews with 13 graduates, that graduated between 2004 and 2014, are registered in the third Regional Counsel of Public Relations (Conrerp) and are inside the job market, delivering their professional activities in the area of subject of the course being investigated. Among the results obtained, the following were highlighted: the influence of the interdisciplinary curriculum towards citizenship; the humanistic and critical perspectives of the Public Relations present in the course; The importance of practical experiences throughout the course. The thematic analysis of the data offers a rich perspective that indicates that the experienced formation influenced the professional performance of the graduates and that to transform the professional reality of Public Relations it is essential to articulate the course, market and responsible instances (Counsels, Associations, etc.) towards collective construction of the professional identity. Also, it is important that this dialogue must be permanent to ensure that an innovative process of social development in the institutional university context as well as the improvement in the professional sphere of Public Relations overall.

Keywords: Public Relations. Critic formation. Interdisciplinary. Skills. Competence.

1 INTRODUÇÃO

A universidade representa um espaço de geração de conhecimento para a sociedade e a reprodução de esquemas culturais da nação (MOROSINI, 2014), o que demanda a necessidade de uma maior reflexão sobre a formação acadêmica oferecida e as demandas exigidas ao futuro profissional. Um dos parâmetros que pode corroborar para essa discussão é o *feedback* do egresso quanto a sua trajetória acadêmica e profissional. Partindo dessa premissa, o presente artigo apresenta um recorte do estudo realizado junto ao egresso do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas (RP), ofertado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre o período de 2004 a 2014 com o objetivo de conhecer o seu perfil e a sua inserção no mercado de trabalho e, ainda, verificar se as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso contribuem para a formação dos alunos e sua atuação profissional.

A profissão de RP surgiu no Brasil, em 1914, e somente na década de 1950 começou a ser ofertados os cursos de RP, no âmbito universitário. No caso específico da UFMG, o ensino de Relações Públicas, enquanto habilitação do Curso de Comunicação Social é implantado em 1975, por meio da Resolução nº 11, de 1969, do Conselho Federal de Educação (CFE). Historicamente, a profissão sofre com a incompreensão de suas atividades, sendo pouco valorizada no mercado e tem sua importância pouco compreendida. Isso contribui para a invisibilidade dos cursos superiores da área, no que tange à sua procura, por parte dos novos alunos, que, muitas vezes, não sabem o que é de fato atribuído às atividades profissionais das Relações Públicas.

O currículo de RP, habilitação do Curso de Comunicação Social da UFMG, foi reformulado em 2000 e surgiu um novo desenho pedagógico, embasado na qualidade prescrita pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e na flexibilização curricular legitimada pela LDB, de 1996. O novo currículo é fundamentado na compreensão da Comunicação Integrada, na interdisciplinaridade e na utilização crítica do instrumental teórico e prático oferecido pelo curso, com o objetivo de construir um espaço de formação diferenciada em relação a outros cursos, reforçando o papel histórico das universidades públicas, como lugar de formação de cidadãos aptos à crítica dos padrões impostos pelo mercado e capazes de criar novos espaços de atuação.

Nesse contexto, os egressos são, portanto, importantes atores a partir dos quais é possível compreender o curso e suas implicações na atuação profissional. É esperado que eles trabalhem na área de sua formação, mas, muitas vezes, se observa que o curso não se preocupa com esse sujeito que já não está sob a tutela da instituição onde se realizou a sua formação profissional. No entanto,

são justamente esses formados e atuantes na profissão que podem contribuir para a compreensão da formação oferecida no curso e a sua aplicabilidade no mercado de trabalho.

Assim, a presente investigação vai ao encontro da premissa que é importante para a instituição: “Ouvir o egresso e conhecer sua opinião, depois que ele se desvincula da Universidade e esquece um pouco os vínculos afetivos, e passa a ter um olhar com um certo amadurecimento, com uma certa sabedoria, refletindo o que passou [...]” (LOUSADA E MARTINS, 2005, p. 79), o que propicia a possível articulação entre mercado profissional e formação oferecida. Por meio da convocação e escuta dos egressos, esses podem dar o *feedback* sobre seu percurso acadêmico e as atribuições exigidas pelos locais de trabalho. Para tanto, primeiramente, é fundamental compreender as bases curriculares da formação e as competências esperadas do egresso do curso de Relações Públicas ora investigado, conforme é descrito, a seguir.

2 O CURRÍCULO 2000 DE RELAÇÕES PÚBLICAS: EM BUSCA DA INTERDISCIPLINARIDADE

O conceito de currículo escolar possui diversas definições. No documento *Currículo: conhecimento e cultura*, do MEC, (BRASIL, 2009) sua definição apresenta-se como associação aos conteúdos trabalhados na escola ou o compreendem como experiências de aprendizagem. Especificamente, o MEC defende no documento que o currículo é “o conjunto de experiências pedagógicas organizadas e oferecidas aos alunos pela escola, experiências essas que se desdobram em torno do conhecimento” (BRASIL, 2009, p. 6).

Desse modo, o Currículo 2000, uma proposta curricular flexível da UFMG, foi implantado a partir do ano 2000, pode ser considerado como um conjunto de experiências pedagógicas organizadas para facilitar o intercâmbio de conhecimentos entre as diversas áreas acadêmicas. Após a implantação do Currículo 2000 de RP, da UFMG, tornou-se realidade o trânsito pelas habilitações e o consequente delineamento de perfis de formação profissional, inclusive, variados, que vão desde o mais típico e tradicional até aqueles marcados pela composição original de habilidades e competências (UFMG, 2009, p. 39).

Com isso, a matriz curricular idealizada pela UFMG passou a permitir ao aluno a construção da sua trajetória acadêmica, oferecendo possibilidades de desenvolver competências variadas. A valorização do fluxo dos alunos entre as disciplinas é uma forma de trabalhar rumo a uma perspectiva interdisciplinar. Para compreender melhor essa afirmativa, faz-se necessário explicar o que é interdisciplinaridade e que surge como oposição às limitações do que se denomina Ciência Clássica. Morin (2000) aponta que a educação do futuro demanda resolver as cegueiras do ensino e da ciência do passado que era baseada em conhecimento categórico, ou seja, a ciência seria responsável pela produção de verdades absolutas. Isso significa que para repensar o ensino é necessário romper com o dogmatismo da razão da Ciência Clássica Positivista que muito influenciou a Pedagogia.

De acordo com Morin (2000), a Ciência Clássica pode ser definida por certas características às quais o autor atribuiu o nome de “Pilares da Certeza da Ciência Clássica”. O primeiro deles é o princípio da ordem, o qual assegura que o universo é uma máquina regida por leis infalíveis. Já o segundo, é o princípio do primado da Lógica Formal, que coloca a lógica indutiva, dedutiva e identitária como absoluta. Também há o princípio da separação, o qual defende que para analisar os fenômenos é necessário que eles sejam decompostos em elementos mais simples. Por fim, o princípio da redução pressupõe que o conhecimento deve ser mensurável (MORIN, 2000). O avanço da ciência, com base nesses pilares, implica hiperespecialização disciplinar, ou seja, fragmentação da busca do conhecimento científico, em campos altamente especializados. Para a Ciência Clássica, o cientista abre mão do todo em prol das suas partes reconhecíveis e mensuráveis, ficando assim cego às nuances contextuais.

Morin (2000), ao propor o pensamento complexo, apresenta reflexões que podem guiar uma reorientação da prática pedagógica para lidar com as demandas educacionais da contemporaneidade, como destaca Quaresma (2010, p. 112, grifo do autor):

A Teoria da Complexidade apresenta para a Pedagogia a possibilidade de realizar um “ecletismo pedagógico” que, se antes era condenado por insuficiência teórica, hoje, com a crise atual da educação, pode ser uma alternativa ao apresentar a possibilidade de convergir teorias divergentes para a articulação ou rupturas teórico-práticas.

Em contraposição à separação de disciplinas para a expansão do conhecimento, a interdisciplinaridade trabalha com a união dos conhecimentos em prol da produção de um entendimento mais complexo da realidade. A perspectiva epistemológica da interdisciplinaridade não pressupõe unicamente a integração, mas a interação das disciplinas, de seus conceitos e diretrizes,

de sua metodologia, de seus procedimentos, de suas informações na organização do ensino, enfim, traz a ideia da não globalização dos conteúdos simplesmente, mas, sobretudo, de trabalhar as diferenças, criando a partir disso novos caminhos epistêmicos e metodológicos como forma de compreender e enriquecer conhecimentos sobre as mais diversas áreas do saber (AZEVEDO; ANDRADE, 2007). Para alcançar esse outro conhecimento, a interdisciplinaridade busca uma experiência didática mais humana, em que o principal valor não seja relativo aos conteúdos trabalhados em sala de aula. É necessário que um currículo verdadeiramente interdisciplinar valorize também a forma como se dá a interação entre os sujeitos, a sociedade e os conhecimentos. Dessa forma, espera-se que “o ambiente escolar seja dinâmico e vivo e os conteúdos e/ou temas geradores sejam problematizados e vislumbrados juntamente com as outras disciplinas” (AZEVEDO; ANDRADE, 2007, p. 238).

Diante do exposto, é plausível associar a flexibilidade do Currículo 2000 à busca pela interdisciplinaridade. A proposição da UFMG de um currículo flexível concedeu ao aluno a oportunidade de montar sua matriz curricular, selecionando as disciplinas que melhor dialogassem com seus interesses. Dessa forma, o percurso do curso de RP se apresenta mais maleável, permitindo, também, o contato com outras áreas do conhecimento, oportunizando aos alunos, por exemplo, aprender mais sobre Arte, História ou Direito caso assim desejassem, numa perspectiva interdisciplinar. Quais habilidades e competências são anunciadas para os egressos do curso em estudo?

2.1 Habilidades e competências esperadas do aluno formado em relações públicas

Em 2009, o Departamento de Comunicação Social da UFMG elaborou um documento com o Projeto Político Pedagógico do Curso, como forma de apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Entre os vários aspectos abordados no documento, dois capítulos merecem destaque para este trabalho, por tratarem justamente das expectativas em relação aos alunos, que se formam no curso de RP.

No capítulo referente às Habilidades e Competências, o documento aponta certos conhecimentos que o curso deve oferecer. Nele consta que todos os alunos de Comunicação Social devem conhecer os “processos comunicacionais e sua inserção na vida social”, “as linguagens e processos semióticos”, “os métodos de pesquisa, a operação dos meios de comunicação, suas características, dinâmicas, inter-relações e linguagens próprias”, além de possuir uma fundamentação “humanística e social” (UFMG, 2009, p. 26). Ainda, neste capítulo há a descrição de conhecimentos específicos de Relações Públicas para aqueles acadêmicos que escolhem a habilitação, ou seja, conforme a UFMG (2009, p. 27), esses devem conhecer:

As organizações contemporâneas e seu processo de gestão, a evolução histórica das relações públicas e da comunicação organizacional, o processo de planejamento, em geral, as dimensões institucional, mercadológica e administrativa da comunicação integrada, as formas de exercício da atividade e da profissão de relações públicas, suas potencialidades e suas interfaces com outras atividades e, também, a legislação pertinente às atividades de relações públicas e outras atividades relacionadas, bem como do código de ética profissional.

O capítulo do Projeto Político Pedagógico do Curso (UFMG, 2009, p. 24), que trata sobre o perfil do egresso, aponta que ao final do curso, espera-se que os alunos devam estar aptos a:

- a) interpretar, explicar e contextualizar as informações do mundo em que vive;
- b) traduzir discursos e mediar as relações entre agentes sociais;
- c) trabalhar em equipe com profissionais e fontes de informação de qualquer natureza;
- d) criticar, propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de comunicação;
- e) elaborar críticas à mídia e propor alternativas;
- f) compreender os mecanismos envolvidos no processo de produção e recepção das mensagens e seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
- g) identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos;
- h) investigar os temas pertencentes à área com o objetivo de subsidiar novas pesquisas científicas.

Nesse mesmo capítulo, são apresentadas, também, as competências que os acadêmicos devem desenvolver ao longo do curso, que são: “[...] conceber o processo comunicacional como recurso estratégico das organizações; desenvolver o planejamento da comunicação, articulando processos, instrumentos, implicações e implementar ações de comunicação considerando a segmentação de públicos com ênfase nos trabalhos de mobilização social” (UFMG, 2009, p. 25). Já em relação às atividades específicas que serão ensinadas para que o aluno de Relações Públicas possa atuar com competência no mercado de trabalho, o documento (UFMG, 2009, p. 25-26) destaca as seguintes:

- a) realizar pesquisa e diagnóstico da comunicação em organizações de qualquer natureza, identificando e caracterizando os públicos, problematizando o relacionamento que estabelece com os diversos grupos de interesse, desenvolvendo pesquisas e auditorias de opinião e de imagem, realizando levantamentos sobre a performance comunicacional das organizações e realizando prospecções acerca de ações estratégicas de comunicação;
- b) identificar as questões políticas envolvidas no relacionamento com os diversos públicos da organização;
- c) elaborar planos e programas de ação estratégica com os públicos;
- d) identificar as necessidades de atuação socialmente responsável das organizações e formular políticas de comunicação direcionadas para a responsabilidade social;
- e) executar ações de relacionamento próprias da atividade de relações públicas;
- f) conceber e realizar avaliações sobre as ações planejadas e executadas;
- g) coordenar equipes envolvidas com planejamento e execução de atividades de relações públicas.

Dessa forma, o processo formativo do RP, na UFMG, está embasado no desenvolvimento de habilidades e competências e apresenta a preocupação em garantir que o futuro profissional tenha uma visão crítica e humanística dos processos comunicativos e, conseqüentemente, incentivá-lo a repensar seu trabalho e as possíveis contribuições à sociedade a qual está inserido. Esse contexto permite que o egresso atue como transformador da realidade local, estabelecendo articulações essenciais entre a formação recebida e o desempenho cotidiano da sua profissão.

3 A FORMAÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E O MERCADO PROFISSIONAL: ARTICULAÇÕES E DEMANDAS INDISPENSÁVEIS

Atualmente, a sociedade se configura em um paradigma tecno-econômico centrado nas tecnologias de informação e comunicação, que anulam o espaço através do tempo. “Nas últimas décadas do século XX, desenvolveu-se e difundiu-se um conjunto de tecnologias, tendo como núcleo central a maior capacidade de tratamento da informação, bem como de sua aplicação direta no processo produtivo” (ALBAGLI, 2005, p. 2).

Partindo desse pressuposto, a sociedade se questiona sobre seu futuro buscando os melhores caminhos para o desenvolvimento eco-sócio-cultural. Os sujeitos sociais, vistos pelos profissionais de Relações Públicas como públicos, já não aceitam mais um “vale-tudo” por parte das instituições (BALDISSERA; FLORES; SÓLIO, 2008). Com a função de escutar as demandas sociais e os diversos públicos ligados às organizações e propor ações que possam contribuir para um melhor relacionamento entre eles, a profissão e a atividade de Relações Públicas têm ganhado cada vez mais importância. “As Relações Públicas são um importante fator de potencialização dos atores sociais, dos públicos e do almejado reconhecimento social das entidades corporativas, dos órgãos governamentais etc., para além do modelo publicitário ou mercadológico” (KUNSCH, 2015, p. 25).

Nessa perspectiva, o profissional deve repensar sua prática para poder se inserir no mercado de forma diferenciada. As Relações Públicas, na atualidade, valorizam justamente os aspectos estratégicos e humanos da atuação profissional, pautando-se em pensar a comunicação de forma ética. Na contemporaneidade, as organizações, em geral, precisam se comunicar com transparência e preocupam-se com o bem-estar social. Kunsch (2012, p. 268) afirma que:

A demanda crescente da sociedade por uma Comunicação transparente, comportamento ético e ações que visem atender às necessidades da comunidade no entorno, tendo em vista a manutenção de uma boa imagem perante a opinião pública, culminam na necessidade de uma Comunicação profissionalizada e competente por parte das empresas.

Para pensar a formação que o curso oferece e como ela orienta a atuação dos sujeitos no mercado de trabalho e nos outros campos sociais, ou seja, o “saber fazer” significa compreender os códigos e os valores da profissão e permitir aos sujeitos selecionarem o que lhes faz sentido para a atuação profissional. Com isso, é necessário que o ensino apresente não apenas disciplinas, mas também seu sentido prático para a atuação desses sujeitos na sociedade como profissionais transformadores da realidade local (e também da identidade profissional). É importante destacar que a formação não pode se resumir aos conteúdos ensinados em sala de aula, sendo indispensável que eles sejam articulados aos contextos sociais em que podem ser aplicados para que seja possível contribuir para a formação crítica desses alunos. Afinal, como destaca Morin, “o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível no conjunto em que está inscrita” (MORIN, 2000, p. 15).

Dessa forma, para que coexista uma prática embasada de Relações Públicas, com um viés de responsabilidade social e ética, é substancial, portanto, questionar as práticas do mercado e apresentar novas proposições. O papel dos cursos de Relações Públicas deve ser criar a ponte para um futuro ético em que a identidade profissional fundamente uma atuação crítica e consciente do papel social exercido, articulado às exigências do mercado. A seguir, será apresentado o percurso metodológico utilizado nesta investigação.

4 O PERCURSO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

Com vistas a investigar os egressos do curso de Comunicação Social, da UFMG, especificamente, àqueles que optaram pela habilitação de Relações Públicas, no período de 2004 a 2014, utilizou-se neste trabalho a metodologia da pesquisa qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas. Como bem destaca Minayo (2012, p. 21), a pesquisa qualitativa, com caráter exploratório, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. A análise qualitativa dos dados foi utilizada para conhecer o perfil do egresso e sua inserção no mercado de trabalho como forma de verificar se as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso relacionam-se com o que os egressos vivenciam como profissionais.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido por números”. Para a coleta de dados junto aos egressos, vale ressaltar, como apontam Prodanov e Freitas (2013), que as entrevistas se constituem como um importante instrumento de coleta de dados primários, ou seja, aqueles que não estão registrados em documentos e só podem ser extraídos da realidade pelo trabalho do próprio pesquisador.

Os sujeitos do universo da pesquisa são os profissionais formados no período compreendido de 2004 a 2014, egressos do Curso de RP, da UFMG. Para poder nortear a obtenção de informações sobre o assunto pesquisado, foi elaborado um roteiro semiestruturado de entrevista e encaminhou-se, também, uma carta ao Conselho Regional de Relações Públicas (Conrerp) – 3ª Regional. No intuito de identificar quantos e quais seriam esses egressos, foi realizado um levantamento junto ao Departamento de Registro Acadêmico (DRCA) da UFMG, sendo identificados, inicialmente, 233 egressos e, posteriormente, selecionados 55 potenciais entrevistados, os quais correspondiam aos dois critérios definidos para a participação na pesquisa, ou seja, ser registrado no Conrerp – 3ª Regional e ser Relações Públicas inseridos no mercado de trabalho, no momento da realização da investigação.

Após a identificação desses sujeitos, foi realizado contato pelas redes sociais (principalmente *Facebook*), *e-mail* e telefone, sendo que 13 egressos responderam à solicitação de conceder uma entrevista e participar da investigação. Para que fosse possível uma análise posterior das respostas, houve, também, a utilização de um gravador digital que registrou as conversas. Os áudios gravados foram então transcritos na íntegra e os principais temas recorrentes foram destacados e serviram de base para análise dos resultados, os quais são apresentados a seguir.

5 ANALISANDO OS RESULTADOS: PERSPECTIVAS DOS EGRESSOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA UFMG

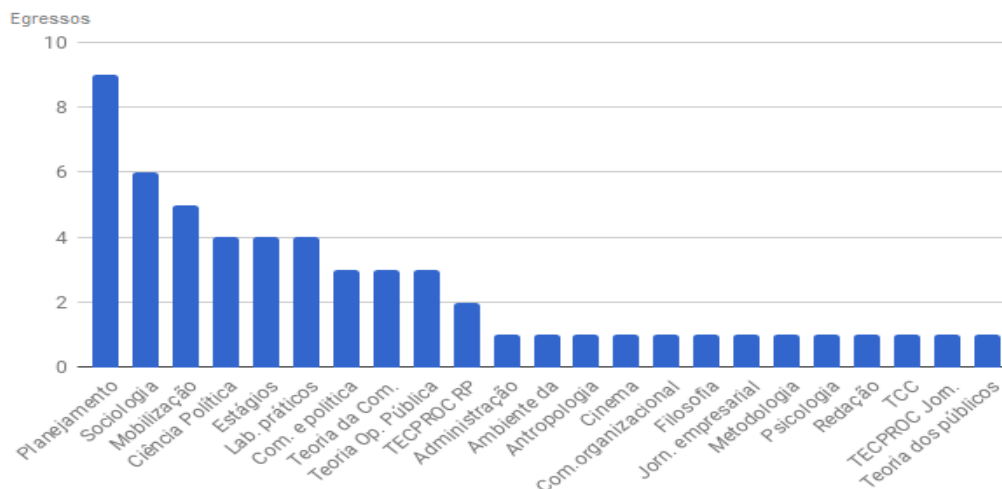
A análise dos dados obtidos, por meio das entrevistas, foi realizada a partir do agrupamento de informações diante da recorrência das respostas. Assim, como destaca Gomes (2012), um dos métodos para a análise e interpretação dos dados de pesquisas qualitativas é a descrição de temas que se mostram relevantes e recorrentes nos dados primários obtidos. Com o nome de “análise temática”, ela é um dos eixos possíveis da Análise de Conteúdo que pode ser caracterizada como

conjunto de técnicas de análise das comunicações, objetivando conforme propõe Bardin (2011, p. 44) “obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”. Ao realizar uma análise temática, é necessário que os dados obtidos sejam agrupados de acordo com temas que se destacam nas comunicações, no caso desta pesquisa, as entrevistas.

A partir dos dados obtidos durante o processo investigativo e as análises temáticas realizadas, foi possível traçar o perfil dos egressos do curso de RP, da UFMG. Assim, do total de 13 egressos entrevistados, participantes desta pesquisa, 30,8% deles são do sexo masculino e os outros, 69,2% sexo feminino. O grupo de entrevistados tem idade entre 27 e 34 anos. Em relação ao setor de atuação profissional, foi possível identificar uma diversidade de perfis, pois há profissionais que trabalham tanto nos setores público e privado quanto em empresas do terceiro setor. Mas a maioria deles está concentrada em órgão e instituições públicas. Além das ocupações atuais, os egressos relataram que também perpassaram por outros setores, apresentando uma atuação profissional em áreas diversificadas, tais como jornalismo, *freelance* ou atividades acadêmicas, que foram ofertadas durante o percurso formativo relativas a RP. Apesar das diferenças de percurso, percebe-se que a maioria dos entrevistados, 12 deles, iniciou sua atuação profissional na própria universidade através de oportunidades em experiência oferecidas internamente, tais como: estágios, projetos de pesquisa e extensão.

No Gráfico 1, a seguir, pode ser observada a opinião dos egressos referente às disciplinas e atividades que foram essenciais para a sua formação em Relações Públicas.

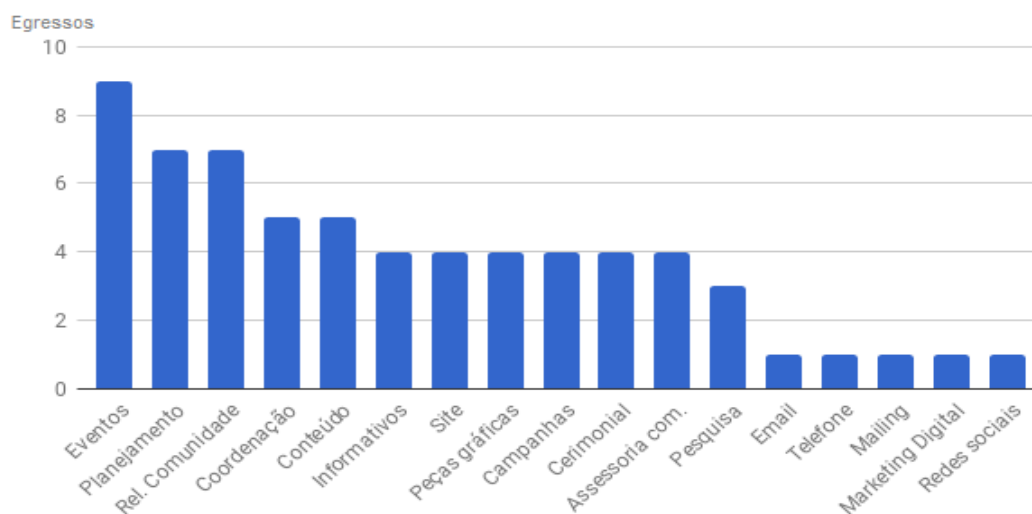
Gráfico 1 – Disciplinas e atividades fundamentais para a formação



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Ao serem perguntados sobre as disciplinas e as atividades que mais marcaram sua formação acadêmica, os entrevistados destacaram, além das disciplinas obrigatórias e optativas de Relações Públicas, o aspecto interdisciplinar da formação e os estágios. Em especial, destacam-se três grandes eixos que organizam as principais falas dos sujeitos: **interdisciplinaridade**, representada no Gráfico 1, pelos tópicos “Sociologia”, “Ciência Política”, “Administração”, entre outros; **comunicação estratégica**, representada, em especial, pelo “Planejamento”; e **mobilização social**, referenciada no mesmo gráfico como “Mobilização”.

No que tange a atuação profissional, no Gráfico 2, é possível observar a representação visual das respostas dos egressos quanto às atividades que foram desempenhadas por eles no mercado de trabalho, durante seu percurso profissional.

Gráfico 2 – Atuação profissional dos egressos

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

De acordo com o Gráfico 2, destaca-se, em especial, três atividades: a organização de eventos, o planejamento de comunicação e as ações de relacionamento com a comunidade. Essas duas últimas estão intimamente relacionadas com os aspectos da formação destacados no Gráfico 1, a saber, a comunicação estratégica e a mobilização social.

O currículo vigente da UFMG, do curso de Comunicação Social, com habilitação em RP, analisado no período proposto desta pesquisa, era conhecido como Currículo 2000, que, conforme discutido anteriormente, introduziu um novo e complexo desenho pedagógico, fundamentado na interdisciplinaridade, com a abertura da matriz curricular para disciplinas de outros cursos escolhidos pelo aluno.

5.1 Perspectiva interdisciplinar: formação cidadã

A flexibilização do currículo, do curso em análise, permitiu, também, a diversificação dos formatos didáticos, para além da tradicional e exclusiva oferta de conteúdos em forma de disciplina, como oficinas, seminários, práticas laboratoriais, atividades extracurriculares, orientação acadêmica, entre outros. Dentre os 13 egressos entrevistados, sete mencionaram esse aspecto interdisciplinar como fundamental para a sua formação, em especial, no que diz respeito à cidadania. Ao cursarem matérias de outros cursos, como Sociologia e Ciência Política, os alunos tiveram a oportunidade de desenvolver suas habilidades críticas e seu conhecimento de mundo, conforme pode ser percebido nos relatos dos entrevistados:

Eu fiz formação complementar no Departamento de Ciência Política, fiz seis matérias no [Departamento de Ciência Política] DCP, fiz Política Brasileira, fiz acho que foi Política I e II. O pacote que tinha de seis matérias extras, levei todas para o Departamento de Ciência Política e fiz as seis matérias lá. Teoria do Estado. Então eu acho que pra mim como cidadão, todo o curso foi um grande pacote (RP7).

Uma coisa importante é que a gente teve matérias que a gente teve que fazer, hoje acho que é diferente, que eram optativas, a gente chamava de “optatórias” no ciclo básico. A gente fazia na Sociologia, eu fiz na Psicologia também. Como cidadão essa possibilidade, que era uma obrigação, de fazer coisas em outros cursos fez uma diferença enorme também, a gente ter esse pezinho nas áreas irmãs das Humanas (RP1, grifo nosso).

Nesse sentido, a interdisciplinaridade pode ser vista como uma forma de extrapolar as limitações das disciplinas em prol de um conhecimento que leva em consideração a importância do outro, sendo possível ter clareza sobre o papel que os sujeitos podem exercer na sociedade enquanto cidadãos. Além disso, a proposta de interdisciplinaridade é, de acordo com Azevedo e Andrade (2007, p. 259), “promover uma nova forma de trabalhar o conhecimento, na qual haja interação entre sujeitos-sociedade-conhecimentos”.

A abertura interdisciplinar do Currículo 2000, do Curso de RP, permitiu adicionar disciplinas das ciências sociais, trazendo a possibilidade de potencializar a conscientização dos sujeitos sobre as relações sociais e políticas que regem a sociedade. Em especial, o ensino de Sociologia tem o papel de trabalhar atividades que tratam de conteúdos significativos e, de acordo com Mendonça (2011, p. 349), podem ser “[...] relevantes à construção de sentidos transformadores da subjetividade humana, materializando seu objetivo central de desnaturalizar as relações sociais, possibilitando aos sujeitos estabelecerem uma relação consciente com o mundo”. Afinal, como afirma Morin (2005), a hiperespecialização das ciências levou a um conhecimento limitado da realidade que não poderia dar conta dos contextos sócio-históricos complexos. Assim, cada disciplina apresenta um recorte do conhecimento e uni-los pode auxiliar na construção de um conhecimento multidimensional. Seu objetivo ambicioso é “[...] prestar conta das articulações despedaçadas pelos cortes entre as disciplinas, entre as categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. [...] a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional” (MORIN, 2005, p. 176).

Observou-se, também, que a interdisciplinaridade proporcionou aos alunos percursos diferenciados, que podem ser tanto planejados com bastante cuidado quanto motivados por interesses pessoais e cultivados ao longo do próprio trajeto. Ou seja, é possível tanto uma especialização quanto uma abordagem mais fragmentada em prol de uma visão mais rizomática, isto é, desprovida de um eixo único de aprendizado.

Em relação à formação humana, eu devo considerar que a Fafich de um modo geral foi muito importante. Na minha época eu tive que fazer 32 créditos de matérias eletivas. Eu considero porque eu fiz muitas matérias, inclusive algumas que não tinham exatamente relação. Fiz matéria de Cinema, Antropologia, Sociologia. Eu acho que o ambiente da Fafich é um ambiente muito rico e que te dá uma formação humana muito importante e muito boa, que te faz abrir muito a cabeça (RP8).

Além dessa possibilidade interdisciplinar, a proposta curricular apresenta um eixo obrigatório de disciplinas com um “repertório básico de conhecimentos teóricos e de repertório informativo, formação profissional constituída não apenas no respectivo eixo e áreas complementares” (UFMG, 2009, p. 39). Como elemento fundamental dessa formação assegurada pelo curso, destaca-se o pensamento integrado da comunicação. Para além da perspectiva de cada habilitação, o curso procura ser flexível para que os alunos possam compreender de forma mais geral o campo da comunicação e como as suas diversas técnicas podem ser utilizadas de forma conjunta em prol dos objetivos comunicacionais.

Tal organização curricular admite “[...] uma flexibilização que atinge não só a formação geral em Comunicação e em Humanidades, mas inclui ainda a formação profissional: também um saber-fazer relacionado às habilidades e competências específicas das práticas profissionais é visto de maneira integrada no campo da comunicação” (UFMG, 2009, p. 18). Essa perspectiva foi destacada na fala dos egressos, o que coaduna com as diretrizes básicas que defendem a necessidade de o aluno aprender não apenas o conhecimento operacional, mas também compreender o “processo comunicativo como um todo, a abordagem contextual, a avaliação crítica de sua própria intervenção, bem como das implicações dessa intervenção” (UFMG, 2009, p. 23).

O curso de Relações Públicas conseguiu me dar uma visão mais ampla da Comunicação, de todas as áreas e de como essas áreas devem se inserir em contextos maiores. Principalmente, em contextos corporativos e o que eu acho que mais agregou o conhecimento de Relações Públicas para mim foi essa visão mais integrada, mais sistêmica da comunicação (RP4).

Um outro eixo identificado nas falas dos egressos entrevistados, apresentado a seguir, é a perspectiva da comunicação estratégica, adquirida ao longo da formação acadêmica, representada, em especial, pelo “Planejamento”.

5.2 Perspectiva do planejamento: viés estratégico da comunicação

Em relação às disciplinas do curso que fundamentaram a atuação profissional, a mais mencionada (nove dos 13 egressos) foi “Planejamento da Comunicação” que objetiva, entre outros objetivos, “proporcionar ao aluno conhecimentos teóricos que o capacite analisar, diagnosticar e propor estratégias de comunicação interna e externa às organizações, mediante o desenvolvimento do planejamento” (FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, 2016, p. 1).

Das disciplinas que eu tive e que eu me lembro bem e considero importantes, foi uma disciplina que citava especificamente a Comunicação Organizacional, Planejamento e Detalhamento da Comunicação Organizacional. Porque é nessa disciplina que a gente consegue entender a comunicação de uma maneira sistêmica e integrada dentro de uma organização. E também voltada para o corporativo, institucional. Essa foi uma disciplina essencial (RP4).

É possível observar, a partir do depoimento do egresso (RP4), que essa perspectiva, prevista no curso de RP, é estruturada em função da Comunicação Estratégica, “uma subárea das Relações Públicas que se fundamenta no [...] planejamento das ações e programas comunicacionais da instituição, preocupando-se com o alinhamento delas à estratégia da organização” (ARGENTI; HOWELL; BECK, 2005, p. 52).

Corroborando com a expectativa do curso de formar profissionais estratégicos, a segunda atividade mais mencionada pelos egressos, em seus percursos profissionais, foi a elaboração de planos de comunicação (seis egressos) como ferramenta para trabalhar de forma mais estratégica a comunicação das organizações.

Aí eu fiz o diagnóstico bem completo, passei 3 meses trabalhando só no diagnóstico, entrevistei N pessoas da gestão, peão, fui conhecer todas as instalações e montei um projeto para ela. Eu lembro direitinho do dia que eu fui apresentar para ela, uma executiva bem graduada e todos os gerentes-gerais dela, eu apresentei, comparei os resultados, mostrei os resultados de acesso ao portal, os índices de leitura das coisas, as comunicações das pontas. Ela virou pra mim e disse “Você está dizendo que eu gasto não sei quantos mil por mês em comunicação e isso não significa nada?”, aí eu muito maluca voltei para ela e disse “é, é isso que eu estou te dizendo”. Ela ficou um tanto nervosa, não comigo mas com a situação, deu uns dois/três pinotes e me pediu um plano de comunicação (RP7).

Para que esse profissional possa mediar a comunicação interna e externa, existem várias maneiras. Para Grunig (2003), o melhor modelo de Relações Públicas é o que ele chama de “simetria de mão dupla”, o que pressupõe um pensamento integrado da comunicação para garantir uma relação simétrica entre a organização e os públicos. Para que isso aconteça, é necessário que o profissional seja capaz de tomar decisões junto à organização, ou seja, que ele assuma posições estratégicas dentro da instituição: “os profissionais de relações públicas identificam as consequências de decisões e a presença dos públicos mediante a utilização da administração de assuntos emergentes (*issue management*) e de monitoramento do meio de atuação” (GRUNIG, 2003, p. 79). O fator fundamental para que haja uma comunicação de excelência, como definido por Grunig (2003), é o diálogo que deve ser planejado, sistematizado e monitorado para que haja uma transformação no relacionamento entre público e organização: “Um relacionamento comportamental abrangente surge quando ações dos públicos e a organização exercem consequências mútuas. É nesse momento que um grupo de indivíduos se converte num público ativo e estratégico e não meramente numa audiência passiva” (GRUNIG, 2003, p. 83).

Os depoimentos dos egressos que trabalharam com planos de comunicação reforçam a importância do viés da Comunicação Estratégica, ensinado no seu percurso acadêmico, uma vez que o relacionamento com os públicos é estruturado em torno de um planejamento e não apenas em ações isoladas. Assim, a perspectiva da mobilização social, próximo aspecto a ser discutido nesta análise de resultados, também é um viés substancial da formação de RP, identificado junto aos profissionais da área, sujeitos desta pesquisa.

5.3 Perspectiva da mobilização social: relacionamento com as comunidades

A perspectiva de Mobilização Social como marca do curso da UFMG que, inclusive, o diferencia dos demais foi outro ponto recorrente nas entrevistas e pode ser demarcada conforme os depoimentos dos egressos a seguir:

A primeira porta que o curso de Relações Públicas abriu para mim foi da mobilização social e aí o mérito específico do curso da UFMG que tem essa metodologia muito enraizada. Foi desenvolvida dentro da Universidade, então os meus primeiros passos como Relações Públicas foram dentro da linha da mobilização social (RP5).

Daí fui conhecendo as coisas que existiam dentro da Federal. Fiz muito a parte de mobilização, [professor referência] foi muito forte nisso, me puxou. Fiz estágio lá dentro nessa parte. Acho que isso foi a parte que me ajudou muito. Dentro da

faculdade eu tive a oportunidade de estagiar lá também e com uma área específica muito interessante que está em desenvolvimento (RP1).

A sociedade civil e o chamado terceiro setor têm ganhado força, no contexto atual, mas faz-se necessário que os movimentos sociais se utilizem de ferramentas de comunicação, visto que numa sociedade midiaticizada em que as tecnologias de informação e comunicação ocupam uma posição de relevância social, a visibilidade passa a ser um valor muito importante para as lutas sociais. A mobilização social demanda mecanismos de comunicação, permitindo que as causas defendidas ganhem visibilidade e adesão. Além da visibilidade, um dos aspectos mais importantes para a comunicação de um projeto de mobilização social é fazer com que as pessoas compreendam sua importância para o movimento e participem ativamente da luta por melhores condições sociais. Na visão de Braga, Henriques e Mafra (2002, p. 32): “A questão da participação é vital e impulsionadora para os movimentos sociais. Para que as pessoas se mobilizem [...], é preciso não só que estas pessoas tenham carências e problemas em comum, mas que compartilhem valores e visões de mundo semelhantes”.

Mais do que estabelecer novos vínculos, as Relações Públicas devem atuar também na manutenção e fortalecimento do relacionamento visando, através do compartilhamento de sentidos e valores, a corresponsabilidade. De acordo com Henriques (2017), as dinâmicas sociais e a tensão entre os interesses públicos e privados implicam a necessidade de que os profissionais de Relações Públicas atuem como mediadores entre as organizações e os seus públicos. Nesse contexto de mobilização e construção de movimentos de fortalecimento da democracia, esses passaram a atuar com organizações não-governamentais e movimentos sociais.

Nesse sentido, o fato de que o relacionamento com a comunidade é a terceira atividade profissional mais mencionada (com cinco egressos) parece indicar que a perspectiva da mobilização social impactou a trajetória profissional desses sujeitos. Além da atuação em instituições do terceiro setor (ONGs), os entrevistados destacaram a influência dessa formação na atuação em instituições do primeiro e do segundo setor. Ao trabalhar em órgãos do governo e empresas, os egressos se fundamentaram na atuação socialmente responsável, conforme evidencia o depoimento a seguir:

A gente começou a trabalhar para a Vale nos programas de relacionamento com a comunidade na beirada da linha da EFVM (Estrada de Ferro Vitória – Minas). O programa Cidadania nos Trilhos, que era esse programa, tinha duas frentes. Uma frente educacional, em que a gente tinha o relacionamento com as escolas, com as crianças, e desenvolvia com elas trabalhos para melhorar a relação da comunidade com o trem por causa do número de acidentes, um trabalho de sensibilização através da comunicação. A gente desenvolvia ferramentas de comunicação com eles, programas de rádio, jornais, levava conhecimento das ferramentas de comunicação para trabalhar a relação deles com a ferrovia. A outra frente era uma frente institucional que era uma frente de relacionamento com as lideranças comunitárias, de conhecer, se relacionar, desenvolver projetos e capacitar essas comunidades para desenvolverem projetos que pudessem ser apoiados pela Vale e por outras empresas pelas diferentes leis de incentivo que a gente tem, tanto no nível federal quanto no estadual (RP5).

Observa-se que a perspectiva de mobilização social é uma ferramenta de comunicação que permite ao profissional não apenas atuar no terceiro setor como também ter uma consciência crítica do seu papel dentro das organizações. Assim, a formação de Comunicação Social oferecida na UFMG possibilitou a esse profissional de RP, a aquisição de uma visão voltada para a ética das implicações das ações da instituição no entorno e na sociedade em geral, e uma atuação profissional em favor da responsabilidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, recorte de uma pesquisa de mestrado, o objetivo foi analisar como a estrutura do curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas, da UFMG, contribuiu para a trajetória profissional de seus egressos, considerando, principalmente, os eixos temáticos mais destacados pelos entrevistados (interdisciplinaridade, comunicação estratégica e mobilização social) foi possível compreender as implicações que a formação orientada no Projeto Político Pedagógico do curso acarretou para a atuação profissional dos egressos. Percebe-se que a proposta interdisciplinar inserida na reforma curricular em 2000 é um fator fundamental para garantir a prerrogativa do Projeto Político Pedagógico do Curso em estudo, ou seja, garantir uma formação crítica de profissionais éticos que conhecem a importância da cidadania. E ainda, que o contato dos acadêmicos com as

outras áreas amplia os horizontes de seus conhecimentos e permite a conscientização dos sujeitos sobre os papéis sociais que podem exercer.

Além disso, as perspectivas da comunicação estratégica e a mobilização social foram ressaltadas na fala dos egressos tanto no que se refere às disciplinas e as atividades de referência quanto para a atuação profissional. O mercado tem procurado profissionais com esse perfil de trabalhar as Relações Públicas estrategicamente. Mas, também há uma valorização da perspectiva da mobilização que fundamenta o curso e é um diferencial da formação, na UFMG, permitindo a esse profissional atuar em prol da responsabilidade social das instituições e do fortalecimento dos movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Considerando, ainda, a relevância que a formação crítica e teórica teve para embasar suas atuações profissionais posteriores, observa-se que a proposta pedagógica do curso é coerente com a realidade de Relações Públicas no mercado de trabalho e o *feedback* dos egressos respalda essa perspectiva. No entanto, é importante ressaltar que ao pensar a formação dos profissionais de Relações Públicas, não se deve pautar apenas pelos interesses do mercado. Mais do que isso, no âmbito da universidade pública, o ensino deve privilegiar a formação de cidadãos críticos capazes de buscar alternativas sustentáveis no mercado e transformar a realidade profissional e social.

Para que isso aconteça é fundamental um trabalho sistematizado e permanente de articulação entre curso, mercado e sociedade, a fim de construir coletivamente a identidade de Relações Públicas. Por essa razão, é necessário proporcionar ao aluno a competência de associar o conhecimento apreendido na escola com a prática profissional que exerce no contexto social onde vive. Assim, o egresso poderá atuar como um agente transformador da realidade local. Nesse sentido, é importante que os cursos de ensino superior recebam *feedback* quanto à atuação profissional dos seus egressos para compreender se eles realmente entendem a relevância de seu papel na sociedade e atuam de forma ética, crítica e humanística. É a partir desse diálogo que será possível construir a realidade profissional. Esse retorno pode proporcionar caminhos para uma possível transformação na realidade do curso de forma inovadora.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Informação, conhecimento e desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2005.

ARGENTI, P.; HOWELL, R.; BECK, K. The strategic communication imperative. *MIT Sloan management review*, [S.l.], v. 46, n. 3, p. 83-89, 2005.

AZEVEDO, M. A. R.; ANDRADE, M. F. R. O conhecimento em sala de aula: a organização do ensino numa perspectiva interdisciplinar. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 30, p. 235-250, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/11387>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

BALDISSERA, R.; FLORES, S. P.; SÓLIO, M. B. 35 anos do curso de relações públicas da universidade de Caxias do Sul – UCS. In: MOURA, C. P. (Org.). *História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRAGA, C. S.; HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES, M. S. (Org.). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Pará de Minas: Gênese, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967. Disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 dez. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5377.htm>. 11 dez. 1967. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. Presidência da República. Decreto-Lei nº 860, de 11 de setembro de 1969. Dispõe sobre a constituição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Profissionais de Relações Públicas

e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 set. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0860.htm>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 6 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. Currículo: conhecimento e cultura. *Secretaria de educação à distância*, v. 19, n. 1, abr. 2009. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012193.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Departamento de Comunicação Social. *Planejamento da Comunicação Organizacional*. Belo Horizonte, 2016. Ementa de disciplina do curso Comunicação Social. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/colcom/wp-content/uploads/2016/04/COM-078-Planejamento-da-Comunica%C3%A7%C3%A3o-Organizacional-F%C3%A1bia-Lima.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2018.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRUNIG, J. E. A administração das relações públicas na administração e sua contribuição para a efetividade organizacional e societal. Tradução de John Franklin Arce. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 24, n. 39, p. 67-92, jan./jul. 2003.

HENRIQUES, M. S. Aspectos críticos para a compreensão da lógica estratégica no relacionamento entre organizações e comunidades. *Organicom*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 32-40, 1. sem. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/139354/134695>>. Acesso em: 1 mar. 2018.

KUNSCH, M. M. K. As dimensões humana, instrumental e estratégica da Comunicação Organizacional: recorte de um estudo aplicado no segmento corporativo. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 267-289, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180958442012000200014>. Acesso em: 04 mar. 2018.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação de relações públicas: aportes conceituais e práticos para sua implantação. In: ALMEIDA, F. F.; SILVA, R. B.; MELO, M. B. M. (Org.). *O ensino de comunicação frente às Diretrizes Curriculares*. São Paulo: INTERCOM, 2015.

LOUSADA, A. C. Z.; MARTINS, G. A. Egressos como fonte de informação à gestão dos cursos de ciências contábeis. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, n. 37, p. 73-84, jan./abr. 2005.

MENDONÇA, S. G. L. A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 31, n. 85, p. 341-357, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/03v31n85.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2018.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORIN, E. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J.-L. (Org.). *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

_____. *Ciência com consciência*. 8. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação superior e contextos emergentes. *Revista Avaliação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E.C. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2. ed. Universidade Feevale – Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, 2013.

QUARESMA, A. G. Formação humana, conhecimento e complexidade: uma nova pedagogia para uma nova humanidade. In: XAVIER, C. C.; JESUS, R. M. (Org.). *Educação, Cultura e Complexidade: diálogos Brasil-Cuba*. Belo Horizonte: Argymmentvm, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Departamento de Comunicação Social. *Programa: apoio ao plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*. Mar. 2009.

_____. Setor de Registro e Arquivo Acadêmico da Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. (se@fafich.ufmg.br). *Solicitação de relação de graduados em Relações Públicas*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por heliaoladeira@yahoo.com.br em 17 ago. 2016.